

XXVI SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HIDRÍCOS

DIVERSIDADE NOS EVENTOS DA ABRHIDRO 2024: MAPEANDO BARREIRAS E EXPECTATIVAS DOS PARTICIPANTES

Jéssica Aurora Bernardo ¹; Hersília de Andrade ²; Luna Gripp Simões Alves ³; Franciele Zanandrea ⁴; Carolina Cavalcante ⁵; Viviane Ferreira Batista ⁶; Cristiane Castro Gonçalves ⁷; Rosaline Cristina Figueiredo e Silva ⁸; Marion Freitas Neves ⁹; Laryssa dos Santos Matos ¹⁰;

Abstract: Este artículo analiza las barreras, demandas y expectativas de inclusión percibidas por potenciales participantes en los eventos científicos de ABRHidro en 2024. A partir de 112 respuestas al formulario elaborado en colaboración con la Red GeoMamas, los datos revelan desigualdades estructurales en el acceso a estos espacios. La mayoría de los participantes se identifica como blanca (66%) y mujer cisgénero (64%). Aunque solo el 3,6% declara responsabilidad por personas con discapacidad, surgen demandas importantes de accesibilidad, cuidados y apoyo. El alto costo es la principal barrera (22 menciones), seguido de la sobrecarga de cuidados, especialmente entre madres (20% de las mujeres), y la falta de infraestructura para dependientes, como espacios de acogida infantil y cocina equipada. El análisis refuerza que promover ambientes académicos inclusivos requiere enfrentar barreras económicas, ofrecer apoyo al cuidado y garantizar una accesibilidad interseccional. El estudio aporta insumos para prácticas institucionales que fortalezcan la diversidad, la equidad y la justicia cognitiva en la ciencia.

Resumo: Este artigo analisa as barreiras, demandas e expectativas de inclusão percebidas por potenciais participantes dos eventos científicos da ABRHidro em 2024. A partir de 112 respostas ao “Formulário de Caracterização do Público-Alvo”, elaborado pela Rede GeoMamas, os dados revelam desigualdades estruturais no acesso a esses espaços. A maioria dos respondentes se identifica como branca (66%) e mulher cisgênero (64%). Embora apenas 3,6% dos respondentes indiquem responsabilidade por pessoas com deficiência, surgem demandas importantes por acessibilidade, cuidados e suporte. O custo elevado aparece como principal barreira (22 menções), seguido da sobrecarga de cuidados, especialmente entre mães (20% das mulheres), e da falta de infraestrutura para dependentes, como espaços de acolhimento infantil e cozinha equipada. A análise reforça que a promoção de ambientes acadêmicos mais inclusivos exige enfrentar barreiras econômicas, oferecer suporte ao cuidado e garantir acessibilidade interseccional. O estudo contribui com subsídios para práticas institucionais que fortaleçam a diversidade, a equidade e a justiça cognitiva em eventos científicos.

Palavras-Chave – eventos científicos inclusivos, acessibilidade acadêmica, justiça cognitiva

1) Universidade Federal de Santa Catarina, jessicaaurorabernardo@gmail.com
 2) Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, hsantos@cefetmg.br;
 3) Serviço Geológico do Brasil, luna.alves@sgb.gov.br
 4) Universidade Federal Fluminense, francielez@id.uff.br
 5) University of Bergen, carolina.cavalcante@uib.no
 6) batistaleitaoviviane@gmail.com
 7) Universidade Federal de Ouro Preto, cristiane.castro@ufop.edu.br
 8) Universidade Federal de Minas Gerais, rosalinecris@yahoo.com.br
 9) Universidade Federal do Rio de Janeiro; solar.geol@gmail.com
 10) Universidade Federal do Mato Grosso; geologamatos@gmail.com

INTRODUÇÃO

A atividade científica não se resume à relação entre o pesquisador e o objeto de estudo, mas também à interação entre cientistas. Produzir, transmitir e aplicar conhecimento é, antes de tudo, um processo social, e os eventos acadêmicos desempenham um papel fundamental nessa dinâmica. São nesses espaços que ideias são debatidas, redes de colaborações são formadas ou fortalecidas e o avanço científico é impulsionado (Spiess; Mattedi, 2020).

No entanto, o acesso pleno a esses espaços nem sempre ocorre de maneira equitativa, o que contribui para a produção de uma ciência intelectualmente homogênea e, consequentemente, socialmente limitada. Como destaca o guia da London Mathematical Society (LMS), a vitalidade de qualquer disciplina depende da promoção de encontros que acolham a diversidade de vozes, não apenas em termos de gênero, raça ou deficiência, mas também contemplando diferentes trajetórias acadêmicas, instituições de origem, realidades geográficas e abordagens metodológicas. Nesse sentido, a construção de ambientes científicos mais inclusivos, portanto, não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma estratégia fundamental para o fortalecimento da própria ciência (LMS, 2025).

Sensível a essa perspectiva, a diretoria da ABRHidro (biênio 2024/2025), em parceria com as Comissões Organizadoras dos Eventos de 2024 e com a Rede GeoMamas (Rede de Mães Geocientistas vinculada à Associação Brasileira de Mulheres nas Geociências), elaborou e aplicou um Formulário de Caracterização do Público-Alvo. Essa iniciativa teve como objetivo levantar dados que subsidiem a adoção de medidas de inclusão, acessibilidade e acolhimento nos eventos da associação. Além disso, contribui para a formação de uma base de dados capaz de caracterizar o perfil das pessoas atualmente envolvidas na área de Recursos Hídricos, um campo de crescente relevância social, científica e ambiental.

Este artigo apresenta uma análise dos dados coletados, com foco nas demandas, barreiras e expectativas do público potencial dos eventos da ABRHidro em 2024. A partir das informações demográficas, identitárias, de acessibilidade, de cuidados com dependentes e das dificuldades apontadas para participação, busca-se refletir sobre os desafios e propor caminhos para tornar os eventos mais inclusivos, representativos e acessíveis. Ao trazer à tona questões como custos, deslocamento, responsabilidades familiares, acessibilidade e representatividade, este estudo busca contribuir para o debate sobre inclusão na ciência e oferecer subsídios que possam apoiar futuras iniciativas da ABRHidro e de outras instituições. A partir de uma análise crítica e baseada em evidências, esperamos colaborar para a construção de eventos acadêmicos mais diversos, acolhedores e alinhados aos princípios de equidade e justiça social.

MATERIAS E MÉTODOS

A base de dados deste estudo foi construída a partir das respostas ao Formulário de Caracterização do Público-Alvo elaborado pela Rede GeoMamas, aplicado a todos os eventos realizando em 2024 pela Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRHidro). O questionário foi disponibilizado publicamente entre abril e novembro de 2024, por meio da página oficial da ABRHidro e de suas redes de divulgação, com o objetivo de identificar demandas de inclusão, acessibilidade e acolhimento nos eventos promovidos pela entidade no ano de 2024.

Os eventos analisados foram “II Simpósio Nacional de Mecânica dos Fluidos e Hidráulica e XVI Encontro Nacional de Engenharia de Sedimentos”, “XV Encontro Nacional de Águas Urbanas e V Simpósio de Revitalização de Rios Urbanos”, “IV Encontro Nacional de Desastres da ABRHidro”,

“9th International Symposium on Integrated Water Resources Management - 14th International Workshop on Statistical Hydrology – 1º Encontro Brasileiro de Hidrologia Estatística” e “XVII Simpósio de Recursos Hídricos do Nordeste”. Mais informações e detalhes sobre cada um dos eventos podem ser encontrados na página da ABRHidro <https://www.abrhidro.org.br/SGCv3/evento.php>.

O formulário foi estruturado na plataforma Google Forms e organizado em quatro blocos temáticos principais:

- (1) Caracterização sociodemográfica: idade, identidade étnico-racial (segundo a classificação do IBGE), identidade de gênero e renda pessoal mensal (com base no salário mínimo vigente).
- (2) Parentalidade e responsabilidades de cuidado: informações sobre presença de dependentes (bebês, crianças ou adolescentes), interesse e necessidade de serviços de recreação e cuidados infantis durante os eventos, número e idade das crianças, relação com os dependentes e se tais crianças demandam recursos de acessibilidade.
- (3) Acessibilidade e estruturas de acolhimento: identificação de pessoas com deficiência, responsáveis por pessoas com deficiência, uso de recursos de acessibilidade (com campo para detalhamento) e existência de restrições ou preferências alimentares.
- (4) Barreiras e desafios para participação: levantamento de dificuldades logísticas, financeiras, de deslocamento, responsabilidades familiares, acessibilidade física, digital e outros fatores que possam limitar ou impedir a participação. Este bloco também contou com um campo aberto para que os respondentes incluíssem considerações adicionais ou pontos não contemplados nas perguntas anteriores.

Por fim, foi incluído um termo de consentimento, no qual os participantes puderam autorizar ou não a divulgação dos dados coletados de forma agregada, garantindo os princípios éticos de anonimato, confidencialidade e uso responsável das informações.

A análise dos dados foi conduzida a partir da exportação das respostas para planilhas eletrônicas, seguida de tratamento estatístico descritivo e categorização qualitativa das respostas abertas, permitindo a identificação de padrões, demandas e barreiras de forma integrada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O formulário de caracterização recebeu um total de 129 respostas. No entanto, considerando o item de consentimento, apenas os dados de respondentes que autorizaram explicitamente o uso de suas informações foram considerados para as análises. Assim, a base final analisada é composta por 112 respostas válidas, que representam o conjunto de pessoas que consentiram com a utilização dos dados para fins de diagnóstico e elaboração deste estudo.

Perfil sociodemográfico dos potenciais participantes

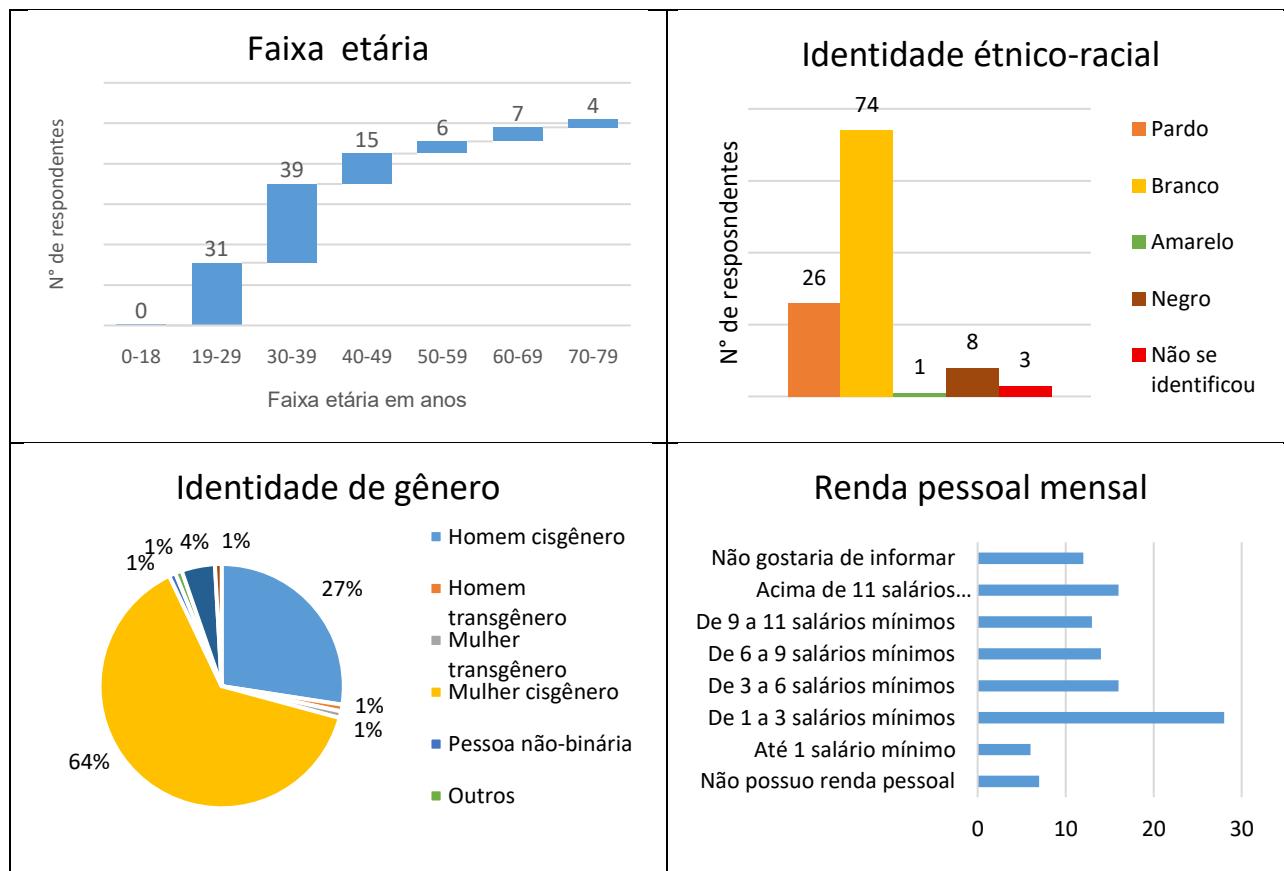
O perfil sociodemográfico dos respondentes indica predominância de jovens adultos, com 34,8% entre 30 e 39 anos e 27,7% entre 19 e 29 anos. Faixas acima dos 40 anos aparecem em menor proporção, sem registros nas idades extremas, como menores de 18 ou acima de 80 anos. Esse público é majoritariamente composto por estudantes de pós-graduação e profissionais em início ou meio de carreira, refletindo o perfil comum em congressos técnico-científicos no Brasil (Figura 1).

No recorte racial, os dados escancaram um cenário de sub-representação que não é novidade na produção científica brasileira: 66% dos respondentes se autodeclararam brancos, enquanto apenas

23,2% se identificam como pardos e 7,1% como negros. Houve apenas um participante autodeclarado amarelo (0,9%) e três pessoas (2,7%) que preferiram não se identificar quanto à raça/cor. Esse padrão, infelizmente, reproduz a lógica estrutural de exclusão das populações negras e indígenas nos espaços de ciência, como alerta a pesquisadora do INPA Ana Carla Bruno ao refletir sobre a escassez de pessoas negras ocupando posições de liderança acadêmica e conduzindo pesquisa científica no Brasil (INPA, 2024).

Essa ausência não decorre de falta de interesse, mas de um processo histórico de exclusão, iniciado nas desigualdades de acesso à educação básica e estendido até os níveis superiores da formação acadêmica. Apesar dos avanços nas políticas de cotas no ensino superior, o reflexo na pós-graduação, centros de pesquisa e eventos científicos ainda é tímido, como mostram os dados deste estudo. Por exemplo, professoras negras representam menos de 10% do corpo docente na pós-graduação da UFRJ e UFF, evidenciando racismo institucional e desigualdade de gênero (Sousa *et al.*, 2021).

Figura 1 – Perfil sociodemográfico dos respondentes



Além disso, a ausência de conteúdos críticos sobre desigualdades de raça, gênero e classe nos currículos acadêmicos mantém uma ciência que silencia essas questões. Na UFBA, apenas 3,4% das ementas abordam essas interseccionalidades (Veras *et al.*, 2025). A ciência brasileira, historicamente eurocêntrica, branca e masculina, precisa reconhecer e transformar essa realidade (Gaudêncio, 2025). Embora cotas ampliem o ingresso no ensino superior, essa inclusão não se reflete plenamente na pós-graduação e eventos científicos.

Quanto ao gênero, 64% dos participantes se identificam como mulheres cisgênero, 27% como homens cisgênero e identidades não cisgênero aparecem pontualmente. Cinco pessoas (4,5%) não se

identificaram. À primeira vista, esse dado poderia sugerir uma ciência mais diversa e acolhedora para mulheres. No entanto, revela uma dinâmica na qual são, majoritariamente, as mulheres que se engajam em espaços de debate, acolhimento e transformação acadêmica. Como destacam organizações como Parent in Science, GeoMamas e Pretas na Ciência, a maior presença numérica não significa superação das barreiras de gênero. Pelo contrário, recai sobre elas a responsabilidade de conduzir discussões sobre cuidado, parentalidade, inclusão e bem-estar, enquanto muitos homens seguem distantes dessas pautas. Isso reforça uma lógica acadêmica centrada no modelo masculino, competitivo e pouco sensível às demandas da vida pessoal (Carpes, 2022). Esse padrão também se reflete nos eventos científicos: levantamento da Sociedade Brasileira de Física mostra que mulheres representam menos de 25% dos participantes, com presença ainda menor em cargos de liderança e como palestrantes (Anteneodo et al., 2023).

Os dados sobre renda ajudam a compreender os desafios para a permanência em eventos científicos. Cerca de 25% possuem renda entre 1 e 3 salários mínimos, indicando forte presença de estudantes, bolsistas e profissionais em início de carreira. Faixas intermediárias também aparecem: 14,3% entre 3 e 6 salários, 12,5% entre 6 e 9, e 11,6% entre 9 e 11 salários. Outros 14,3% têm renda acima de 11 salários, 6,3% não possuem renda e 10,7% não informaram (Figura 1). Esses números escancaram uma realidade muitas vezes naturalizada na academia: participar de eventos científicos exige tempo e recursos financeiros. Custos com inscrição, transporte, hospedagem e alimentação são barreiras concretas, sobretudo para pessoas de baixa renda, um recorte que, como já discutido, se entrelaça profundamente com raça e gênero no Brasil. A articulação entre capital financeiro e domínio técnico-científico aprofunda desigualdades, favorecendo quem controla ambos e excluindo quem não os detém (Tilly, 2008).

Os resultados evidenciam que as desigualdades estruturais seguem impactando o acesso e a permanência na ciência brasileira, na área de recursos hídricos. Superar esses desafios requer uma abordagem que contemple, de forma articulada, as dimensões de gênero, raça e condição socioeconômica. A promoção da equidade demanda compromissos institucionais sólidos com inclusão, acessibilidade e a revisão contínua de práticas e estruturas acadêmicas.

Parentalidade e Demandas de Cuidado

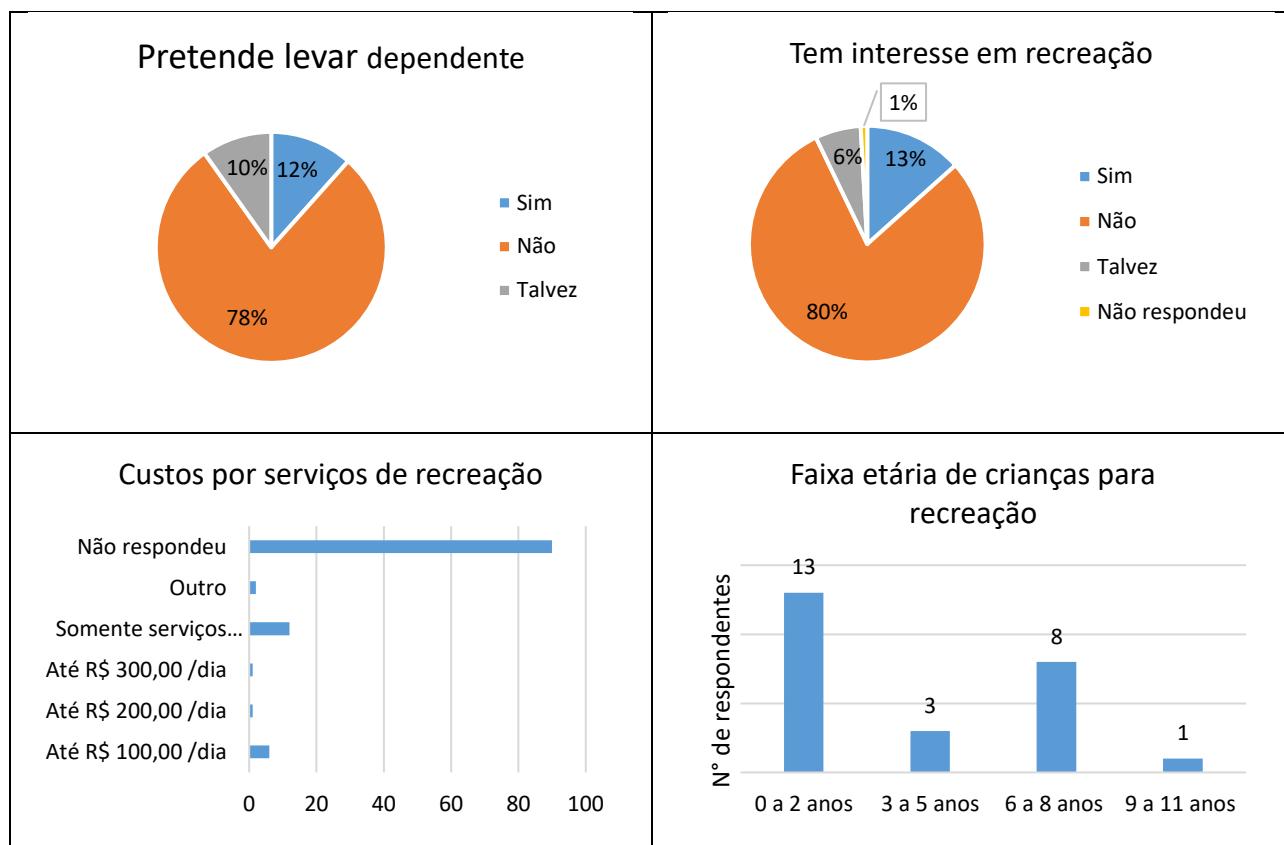
No que se refere à parentalidade e demandas de cuidado (Figura 2), 12% dos respondentes (13 pessoas) manifestaram intenção de levar dependentes aos eventos da ABRHidro em 2024. Outros 10% (11 pessoas) indicaram “talvez”, sinalizando que a decisão poderia estar condicionada à existência de suporte adequado no local. A maior parte (79%, 88 pessoas) respondeu que não pretende levar dependentes.

Essa condição se reflete no interesse por serviços de recreação e cuidado infantil: 13% (15 pessoas) demonstraram interesse direto, e 6% (7 pessoas) apontaram que, embora não essencial, esse serviço facilitaria sua participação. Cerca de 80% não manifestaram essa demanda. Seis participantes indicaram que o serviço seria indispensável, enquanto 13 fariam uso caso disponível. Em relação à disponibilidade financeira, 10,7% preferem serviços gratuitos; seis aceitariam pagar até R\$ 100,00 por dia, e apenas dois valores maiores (até R\$ 200,00 e R\$ 300,00). Esses dados apontam limitações econômicas que podem impactar a participação de quem depende desse suporte. A maioria dos interessados (16 pessoas) indicou demanda para uma criança, e quatro para duas, sem registros acima desse número.

O elevado número de não respostas às perguntas sobre parentalidade (90 a 92) sugere que parte dos participantes não se reconheceu no contexto da questão, possivelmente por não possuir dependentes ou por não associar essa pauta ao ambiente acadêmico. As faixas etárias dos dependentes indicam uma demanda concentrada na primeira infância (0 a 2 anos), com 13 registros, seguida por

crianças entre 6 e 8 anos (8 registros) e na faixa de 3 a 5 anos (3 registros). Apenas uma indicação corresponde à faixa de 9 a 11 anos, e não houve registros para adolescentes de 12 a 14 anos. O perfil de quem demanda esses serviços é majoritariamente feminino. Das 22 respostas válidas, 20 se identificam como mães e duas como “outro”. Nenhum pai respondeu afirmativamente a essa questão, o que reforça a sobrecarga historicamente associada às mulheres no cuidado com dependentes, especialmente no contexto científico.

Figura 2 – Caracterização dos interesses dos respondentes relacionados à parentalidade e às demandas de cuidado infantil



A análise dos dados revela de forma clara que, embora a maior parte dos participantes não tenha declarado intenção de levar dependentes aos eventos, existe uma parcela que expressa essa necessidade ou manifesta incerteza, o que já indica a existência de uma demanda que, muitas vezes, permanece invisível no planejamento dos espaços acadêmicos.

Diversos estudos e movimentos acadêmicos destacam as barreiras enfrentadas por pesquisadoras que acumulam atividades acadêmicas e trabalho de cuidado, especialmente na maternidade. A conciliação entre carreira científica e maternidade ainda enfrenta desafios estruturais, desde a ausência de suporte institucional (como creches, espaços para amamentação e serviços de cuidado em eventos) até uma cultura que naturaliza a sobrecarga às mulheres (Pontes et al., 2019; Parent in Science, 2021).

Os dados reforçam essa desigualdade: todas as pessoas interessadas em serviços de recreação e cuidado infantil se identificam como mães (Figura 2). Nenhum pai indicou essa demanda, evidenciando que a responsabilidade pelos cuidados recai majoritariamente sobre as mulheres. Isso reflete padrões de gênero arraigados na sociedade e no meio acadêmico, onde há divisão sexual do

trabalho não só doméstico, mas também do “trabalho invisível” nas instituições (Sousa & Guedes, 2016).

Além disso, parte das respondentes afirma que só poderia participar do evento se houvesse esse tipo de serviço, mostrando que a ausência de suporte representa uma barreira real à participação em espaços científicos. A maioria das respostas também expressa a necessidade de que esses serviços sejam gratuitos, evidenciando como as questões de gênero se cruzam com desigualdades socioeconômicas. Na interseção entre gênero, classe e raça acumulam-se os maiores obstáculos à permanência e visibilidade das mulheres nas ciências (Veras et al., 2025).

Essa discussão é ainda mais relevante considerando que o ambiente acadêmico foi historicamente estruturado sem considerar as necessidades da vida reprodutiva e do cuidado. A carreira acadêmica pressupõe dedicação plena, produtividade constante, participação em eventos e mobilidade, condições incompatíveis com tarefas de cuidado. Esse modelo hegemônico, centrado em uma figura masculina, branca e sem responsabilidades familiares, opera como padrão de excelência, reproduzindo uma academia excludente.

Portanto, os resultados não só revelam essa demanda, como evidenciam a necessidade de repensar a organização dos eventos científicos. Oferecer suporte a cuidadoras, especialmente mães, não é favor, mas estratégia essencial para equidade, inclusão e permanência das mulheres na ciência. Avançar requer políticas institucionais claras e compromisso das organizações científicas para garantir participação plena e digna de todas as pessoas no campo científico.

Acessibilidade e estruturas de acolhimento

Embora nenhum respondente tenha declarado utilizar recursos de acessibilidade para si ou seus filhos, quatro (4%) informaram ser responsáveis por pessoas com deficiência. A maioria (104) não se enquadra em categorias de deficiência, mas foram registrados casos de deficiência física (1), auditiva (2), intelectual (1) e outras (3), além de uma não resposta (Figura 3). Esses dados reforçam que, embora a autodeclaração seja baixa, há diversidade de demandas de acessibilidade que precisam ser consideradas para garantir inclusão efetiva e participação plena. A ausência de autodeclarções não indica ausência de barreiras, pois a invisibilidade da deficiência ocorre pela falta de garantias institucionais (Diniz, 2007; Sasaki, 2010). As barreiras vão além da deficiência física ou sensorial, envolvendo parentalidade, cuidado, alimentação, classe social, gênero e permanência.

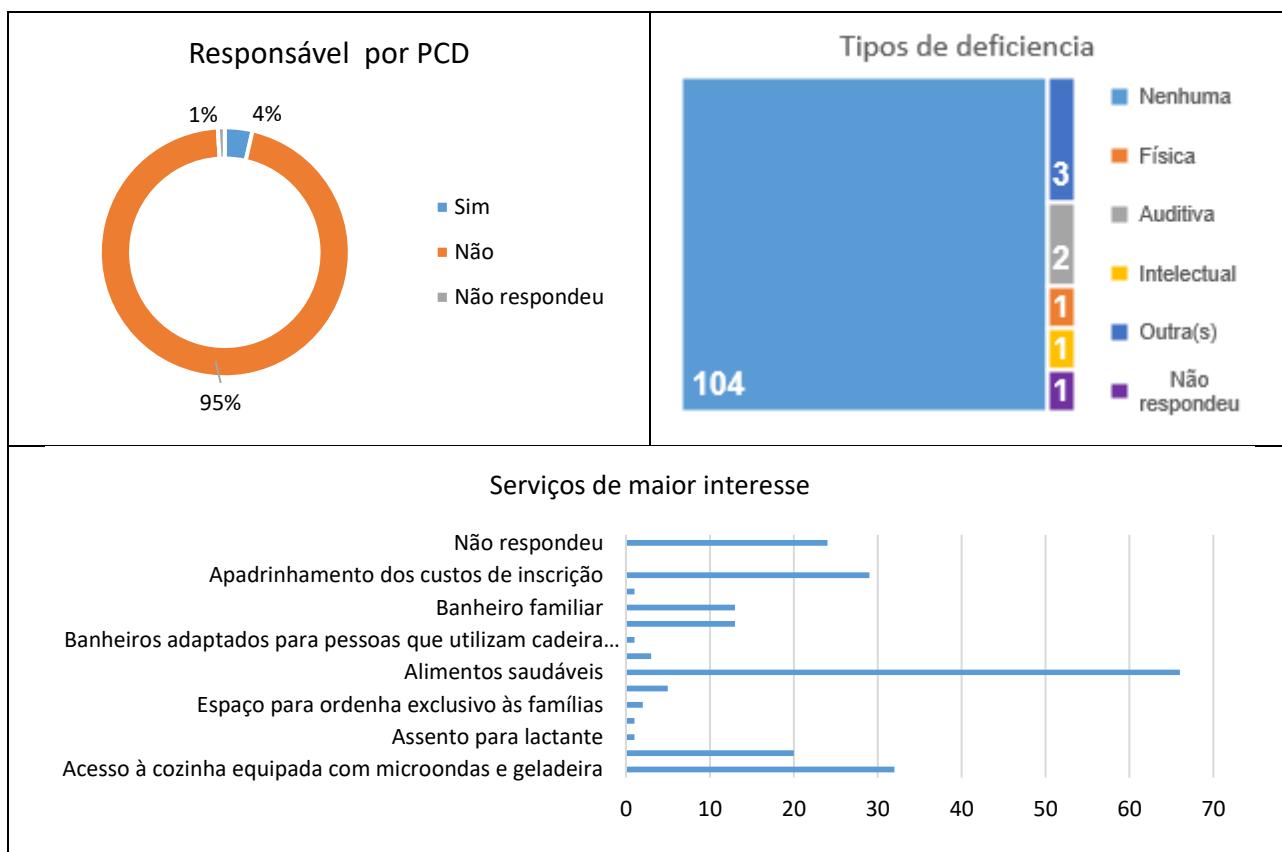
A principal demanda registrada foi por alimentos saudáveis (66 respostas), indicando que a alimentação adequada é uma preocupação central para grande parte dos respondentes, tanto por questões de saúde quanto de bem-estar. Além disso, a solicitação por acesso a uma cozinha equipada com micro-ondas e geladeira (32 respostas) reflete a necessidade de suporte alimentar inclusivo, beneficiando famílias, lactantes, pessoas com restrições alimentares e aqueles que preferem levar sua própria refeição. A presença desses recursos promove autonomia, bem-estar e acessibilidade alimentar no ambiente acadêmico.

No campo do cuidado, 20 menções a espaços de acolhimento infantil revelam que as responsabilidades com crianças impactam diretamente a participação, especialmente de mulheres, maioria da amostra. Além disso, 13 solicitações por banheiros familiares e fraldários reforçam a necessidade de uma infraestrutura sensível à diversidade de arranjos familiares, ainda pouco presente nos espaços acadêmicos. Quanto à acessibilidade física, apesar de menor frequência, demandas por rampas (5), banheiros adaptados (1), assentos prioritários e para lactante (1 cada) indicam barreiras ocultas. A ausência de manifestações explícitas está associada à autosegregação institucionalizada

(Diniz, 2007). Além disso, 29 respondentes solicitaram apadrinhamento de custos, evidenciando a importância da acessibilidade econômica. Custos de inscrição, transporte e hospedagem constituem barreiras para estudantes, jovens pesquisadores, mães solo e grupos socialmente minorizados como pessoas negras, indígenas, trans e com deficiência.

Essas respostas indicam que promover acessibilidade deve ir além de adaptações pontuais, incluindo apoio à parentalidade, acolhimento emocional, sensibilidade às diversidades sociais e políticas de custeio solidário. Como ressalta Santos (2017), a ciência comprometida com justiça cognitiva e democratização do conhecimento deve acolher diversidade de corpos e experiências, reconhecendo que exclusão é um produto histórico. Promover acessibilidade não é benevolência, mas um imperativo ético e político para uma ciência plural, inclusiva e socialmente comprometida.

Figura 3 – Caracterização dos respondentes quanto a acessibilidade e estruturas de acolhimento



Barreiras e desafios para participação

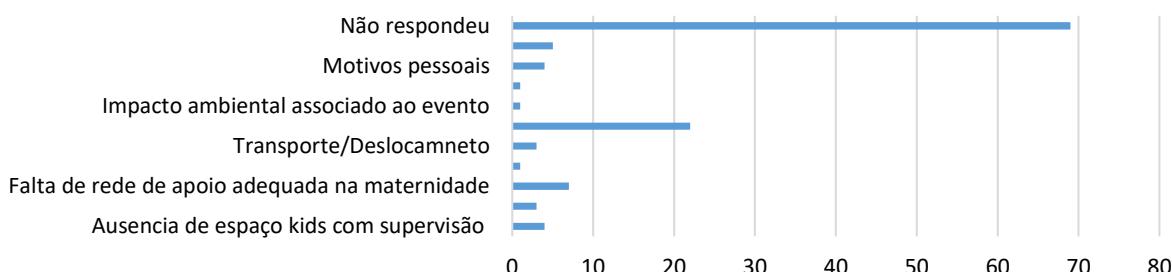
No bloco temático final, os potenciais participantes relataram barreiras adicionais à participação em eventos científicos (Figura 4). O custo elevado foi a mais citada (22), seguido da falta de rede de apoio na maternidade (7), ausência de espaço infantil com supervisão (4) e de ambientes acolhedores para crianças (3). Também foram mencionadas dificuldades com transporte (3), acessibilidade (1), higiene (1) e preocupações ambientais (1).

Nas considerações finais, surgem sugestões como aprimorar a acessibilidade (4), efetivar espaços de acolhimento infantil (1), oferecer atividades para crianças e adolescentes (1) e dispor de monitores para pessoas com deficiência (1). Também houve demandas por eventos remotos, redução de custos e melhorias na infraestrutura.

Esses dados reiteram que a construção de eventos acadêmicos inclusivos exige enfrentar barreiras econômicas, garantir suporte ao cuidado e promover acessibilidade de forma estruturante. Como defendem Santos (2017) e Diniz (2007), isso não se trata de concessão, mas de um compromisso ético, político e epistemológico com uma ciência plural, democrática e socialmente comprometida.

Figura 4 – Percepções dos respondentes sobre barreiras e melhorias para eventos acadêmicos

Barreiras percebidas à adesão e participação em eventos



CONCLUSÃO

Os resultados desta pesquisa evidenciam que os eventos científicos da área de recursos hídricos ainda são atravessados por marcadas desigualdades estruturais de raça, gênero, classe e parentalidade. A composição sociodemográfica do público revela a prevalência de pessoas brancas e mulheres, mas também destaca a persistente sub-representação de pessoas negras, indígenas e de baixa renda, além da ausência de suporte institucional às demandas relacionadas ao cuidado e à acessibilidade. Tais dados não apenas expõem a reprodução de exclusões históricas na ciência brasileira, mas também apontam para a urgência de uma reconfiguração dos modos de organização desses eventos.

A análise das respostas mostra que há uma demanda concreta, embora ainda invisibilizada, por medidas que tornem os espaços acadêmicos mais acolhedores e equitativos. A sobrecarga das mulheres com responsabilidades de cuidado, a carência de políticas inclusivas e a fragilidade das estruturas de apoio evidenciam o quanto o modelo tradicional de ciência segue operando sob uma lógica excluente. Além disso, aspectos como a acessibilidade econômica e física, bem como as condições alimentares e de acolhimento, foram destacados como fatores essenciais à garantia da participação plena e digna de todos os públicos.

Nesse contexto, torna-se imprescindível que as instituições científicas e organizadoras de eventos assumam o compromisso com práticas efetivamente inclusivas. Isso significa adotar políticas de custeio solidário, investir em infraestrutura sensível à diversidade e ampliar o letramento institucional sobre desigualdades interseccionais. Garantir a diversidade não deve ser visto como uma concessão, mas como um princípio estruturante de uma ciência comprometida com a justiça social, a representatividade e a democratização do conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à diretoria da ABRHidro (biênio 2024/2025), às Comissões Organizadoras dos Eventos de 2024 e à Rede GeoMamas (ABMGeo) pela colaboração na elaboração e aplicação do Formulário de Caracterização do Público. Essa iniciativa foi fundamental para viabilizar a realização deste trabalho, subsidiando ações de inclusão, acessibilidade e acolhimento nos eventos, além de ampliar o conhecimento sobre o perfil dos estudantes e profissionais da área de Recursos Hídricos.

REFERÊNCIAS

- ANTENEODO, C. et al. *Physics scientific events in Brazil: female participation*. PLOS ONE, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0287931>. Acesso em: 22 jun. 2025.
- CARPES, P. B. M. et al. *Parentalidade e carreira científica: o impacto não é o mesmo para todos*. Epidemiologia e Serviços de Saúde, Brasília, v. 31, n. 2, e2022354, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2237-96222022000200013>. Acesso em: 22 jun. 2025.
- DINIZ, D. *O que é deficiência*. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos).
- GAUDÊNCIO, J. da S. *Mulheres negras na ciência: desafios, impactos e perspectivas interseccionais*. Pontos de Interrogação – Revista de Crítica Cultural, Alagoinhas: UNEB, v. 14, n. 2, p. 87–109, 2025. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/pontosdeint/article/view/v14n2p87>.
- INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA (INPA). *Pesquisadora do Inpa Ana Carla Bruno discute presença de pessoas negras na ciência*. Manaus: INPA, 19 nov. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inpa/pt-br/assuntos/noticias/2024/pesquisadora-do-inpa-ana-carla-bruno-discute-presenca-de-pessoas-negras-na-ciencia>. Acesso em: 22 jun. 2025.
- LMS – LONDON MATHEMATICAL SOCIETY. *Equity, Diversity and Inclusion*. Londres, 2025. Disponível em: <https://www.lms.ac.uk/about-us/Equity-Diversity-and-Inclusion>. Acesso em: 13 jun. 2025.
- PARENT IN SCIENCE. *Relatório Nacional sobre Maternidade e Ciência no Brasil*. 2021. Disponível em: <https://www.parentinscience.com/>. Acesso em: 22 jun. 2025.
- PONTES, A. C. et al. *Mães acadêmicas: equilibrando os papéis de mães e pesquisadoras*. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoED2704>. Acesso em: 22 jun. 2025.
- SANTOS, B. de S. *A difícil democracia*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- SASSAKI, R. K. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. São Paulo: WVA, 2010.
- SOUSA, A. et al. *Professoras negras na pós-graduação em saúde: entre o racismo estrutural e a feminização do cuidado*. Saúde em Debate, v. 45, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042021E101>. Acesso em: 22 jun. 2025.
- SOUSA, L. P.; GUEDES, D. R. *A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década*. Estudos Avançados, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.30870008>.
- TILLY, C. *O acesso desigual ao conhecimento científico*. Dossiê Sociologia da Desigualdade, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702006000200003>. Acesso em: 22 jun. 2025.
- VERAS, L. et al. *Interseccionalidade gênero-raça-classe na formação de profissionais de saúde na UFBA, Brasil*. Ciência & Saúde Coletiva, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232025305.02132025>.